

País e FMI fecham base do acordo de US\$ 30 bi

ESTADO DE SÃO PAULO

21 OUT 1998

Segundo o comunicado conjunto, divulgado ontem, prosseguem as negociações dos detalhes

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON - O governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) assentaram ontem a pedra fundamental do acordo que levará a instituição a coordenar uma linha de crédito de pelo menos US\$ 30 bilhões ao País em apoio a um ambicioso programa de reforma estrutural do regime fiscal brasileiro, que o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu executar antes de ser reeleito.

"Vencemos mais uma etapa importante", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que regressou ontem à noite a Brasília, depois de quatro dias de conversações com o FMI, que classificou de "eminente técnica". A meta central do esforço fiscal é produzir saldos primários de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001 no orçamento consolidado do setor público. Este engloba as contas do governo federal e do Banco Central, dos 26 Estados e do Distrito Federal, de mais de 5.500 municípios, da Previdência Social e das empresas que continuam sob o controle do poder público.

Parente informou que o governo e o FMI chegaram também a um completo entendimento sobre o que chamou de "o ponto de partida" do programa, "com todos os detalhes e projeções". Isso é importante, ressaltou, porque significa que os técnicos dos dois lados estarão olhando para os mesmos números no momento de início do programa e usarão um critério mutuamente acordado para avaliar o progresso em sua execução.

De acordo com um comunicado conjunto divulgado ontem à tarde, "a direção do FMI concordou com a posição das autoridades brasileiras de que, dentro do quadro de reformas estruturais, um programa fiscal de três anos, gerando superávits de 2,6% do PIB em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001 atingiria o objetivo do governo de estabilizar a relação entre a dívida líquida consolidada do setor público e o PIB no ano 2000".

A linguagem cuidadosa da declaração traduz a preocupação política tanto do governo como da direção do FMI de realçar que o progra-



O secretário Pedro Parente, que esteve em Washington em conversas com o FMI: anúncio das medidas, após negociações com a base do governo no Congresso, virá acompanhado de várias manifestações de apoio da comunidade internacional

José Paulo Lacerda/AE

ma de ajuste fiscal é de autoria exclusiva do Brasil e cabe primordialmente também ao País definir as medidas necessárias para alcançar as metas estipuladas. O próprio Pedro Parente enfatizou esse ponto: "Nós sabemos o quanto é relevante, de uma vez por todas, equacionar a situação fiscal para sustentar a estabilidade que foi conquistada a tão duras penas." O comunicado informou que "prosseguem as discussões com o objetivo de alcançar em breve um acordo sobre o programa detalhado".

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, levou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso a proposta do programa fiscal, apresentando seus traços principais ao País. O anúncio dos detalhes do programa é esperado

para a semana que vem e deverá provocar uma pronta e positiva resposta da comunidade financeira internacional, a começar pelo FMI.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda não quis falar sobre o montante ou a estrutura da linha de crédito que o País deverá receber. "O ministro Malan está tratando dessa parte em contatos com os outros organismos multilaterais e com os governos do Grupo dos Sete." Durante sua estada em Washington, o secretário-executivo fez uma visita ao Departamento do Tesouro, que vem tendo uma partici-

pação crucial na montagem do suporte financeiro ao Brasil. Ele fez um relato sobre os progressos dos entendimentos com o FMI ao vice-secretário-adjunto do Tesouro para Ásia, Américas e África, Daniel M. Zelicow. Parente reuniu-se também com o vice-presidente do Banco Mundial para Operações, o paranaense Caio Koch-Weser.

Funcionários do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento participaram das consultas da missão brasileira com o FMI. A presença das duas instituições é importante porque elas pretendem ter um papel novo nesse tipo de ajuste fiscal, reforçando seu suporte financeiro para preservar e ampliar os programas sociais que já financiam no Brasil, principalmente nas áreas de educação, saúde e de combate à pobreza.

Em entrevista coletiva que deu há duas semanas, o presidente do Bird, James Wolfensohn, informou que sua instituição "não fornecerá liquidez", mas sim recursos para assegurar que os investimentos na área social, que normalmente são sacrificados nos ajustes fiscais, e desta vez serão não apenas preservados como ampliados.

Parente evitou comentar informações que circularam ontem no mercado, segundo as quais dois terços do esforço fiscal virão dos cortes de gastos e um terço, do aumento de impostos. De acordo

com essas versões, uma parte importante da economia ocorrerá na rubrica "outras despesas correntes" (OCC) do Orçamento do Tesouro Nacional.

Estaria acertadas também metas de redução da folha de pagamento dos Estados. Na coluna da receita, uma subida da contribuição previdenciária dos

funcionários públicos e o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para 0,3% dariam um total de US\$ 8 bilhões em receita adicional por ano.

"Não posso falar em medidas específicas porque elas ainda estão em discussão no governo brasileiro", disse.

O anúncio detalhado das medidas necessárias para realizar as metas do programa está previsto para o início da semana que vem. A divulgação dessas medidas poderia prejudicar candidatos aos governos estaduais que disputam o segundo turno e estão mais comprometidos com a estratégia de disciplina fiscal de Brasília.

Além disso, a definição de várias dessas medidas depende ainda de consultas que o presidente e sua equipe econômica farão nos próximos dias com as principais lideranças do Congresso Nacio-

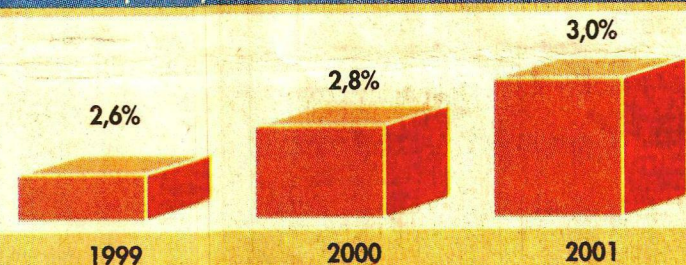
PARENTE
EVITOU FALAR
DA ORIGEM
DOS CORTES

FUNDO
CONCORDOU
COM METAS
DE SUPERÁVIT

ACORDO COM O FUNDO

O que se sabe...
(metas propostas)

Superávit primário do setor público - em % do PIB



... e o que se espera

(expectativas do mercado e dos técnicos do governo)

Na Receita:

- Corte de R\$ 700 milhões em incentivos fiscais e subsídios
- Elevação da CPMF de 0,2% para 0,3%
- Manutenção da alíquota máxima de 27,5% no IR das Pessoas Físicas
- Obrigar os bancos a pagar o Cofins
- Criar Imposto sobre Grandes Fortunas

Na Previdência

- Cobrar contribuição dos inativos da União, Estados e municípios
- Elevar a contribuição dos funcionários públicos para 15%

nal, disseram as mesmas fontes. Uma vez definidas as medidas que o governo brasileiro adotará para atingir o objetivo, a missão brasileira retornará a Washington para finalizar as negociações com o Fundo.

O anúncio do programa, a partir da semana que vem, deverá ser recebido com uma forte manifestação de apoio da comunidade financeira internacional e do

FMI, sob a forma de um importante aporte de crédito ao Brasil, estimado pelo mercado em pelo menos US\$ 30 bilhões, tão logo sejam concluídas as negociações.

O secretário do Ministério da Fazenda informou que o montante e a composição do apoio financeiro internacional estão sendo discutidos por Malan com os dirigentes dos organismos multilaterais de crédito e os governos do Grupo dos Sete, que reúne os países mais ricos do mundo.

■ Mais informações nas páginas 3 e 4